



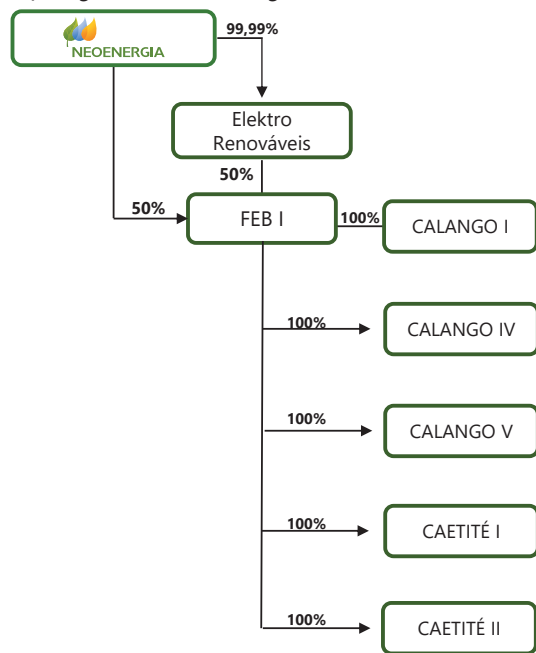
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2023, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1

Força Eólica do Brasil 1 S.A. (FEB 1) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta de 5 Parques Eólico: Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados pela FEB 1 têm capacidade total instalada de 150MW, um total de 64,4MW médios comercializados e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 1, Calango 4, Calango 5 situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 1 e Caetité 2, na Bahia (BA). Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam o estado de "Aptos a Operação Comercial", aguardando conexão. Em 2014, os parques Caetité 1 e Caetité 2 entraram em operação comercial, enquanto os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5, continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	10	43	(76,74)
Receita Operacional Líquida	9	31	(70,97)
Margem Operacional Líquida	2	2	-
EBITDA	61.184	66.530	(8,04)
Resultado Financeiro	1.030	308	234,42
Lucro Líquido	62.075	66.790	(7,06)
Margem Operacional (%)	22,22%	6,45%	15,77
Margem EBITDA (%)	679822,22%	214612,90%	465,209,32
Margem Líquida (%)	689722,22%	215451,61%	474,270,61

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Informações Patrimoniais	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	360.183	396.354	(9,13)
Patrimônio Líquido	343.961	341.866	0,61

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽¹⁾	59,40	216,01	(72,50)

⁽¹⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses.

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

Conciliação EBITDA	2022	2021	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido	62.075	66.790	(4.715)	(7,06)
Receitas financeiras	784	303	481	158,75
Despesas financeiras	(3)	(3)	-	-
Outros resultados financeiros, líquidos	249	8	241	3.012,50
Imposto de renda	(139)	(48)	(91)	189,58
EBITDA	61.184	66.530	(5.346)	(8,04)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 11.911,20 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil 1 S.A. ("FEB 1"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB 1. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora			
	Nota	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida		3.125.997	143.056	9	31	
Custos dos serviços		(49.937)	(56.428)	(7)	(29)	
Custos com energia elétrica	4	(10.254)	(16.172)	-	-	
Custos de operação	5	(39.683)	(40.256)	(7)	(29)	
Lucro bruto		76.060	86.628	2	2	
Perda de crédito esperadas	9.1	(1)	85	-	-	
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(3.914)	(1.627)	(1.642)	(1.172)	
Equivalência Patrimonial	11	-	-	62.824	67.700	
Lucro operacional		72.145	85.086	61.184	66.530	
Resultado financeiro		6	2.878	(11.141)	1.030	308
Receitas financeiras		23.694	6.589	784	303	
Despesas financeiras		(21.027)	(17.692)	(3)	(3)	
Outros resultados financeiros, líquidos		211	(38)	249	8	
Lucro antes dos tributos		75.023	73.945	62.214	66.838	
Tributos sobre o lucro		7	(12.948)	(7.155)	(139)	(48)
Corrente		(12.948)	(7.155)	(139)	(48)	
Lucro líquido do exercício		62.075	66.790	62.075	66.790	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	62.075	66.790	62.075	66.790
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	21.103	23.905	-	-
Baixa de ativos não circulantes	-	882	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(62.824)	(67.700)
Tributos sobre o lucro	12.948	7.154	139	48
Resultado financeiro, líquido	(2.878)	11.142	(1.030)	(308)
Outros	65	-	-	-
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(119)	49.175	43	(43)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(82)	(289)	(74)	1.359
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(5.561)	-	(285)	-
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	16.155	6.108	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(20.093)	(3.340)	99	(69)
Caixa líquidos proveniente das operações	83.613	161.527	(1.857)	77
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	98.195	13.248
Encargos de dívidas pagas	(15.734)	(15.094)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	23.609	6.560	823	318
Pagamento de juros - Arrendamentos	(1.910)	(1.369)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(7.756)	(5.503)	-	(20)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	81.822	146.121	97.161	133.623
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.778)	(8.486)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(52.140)	(112.408)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	102.270	14.111	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento	46.352	(106.783)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(26.448)	(26.379)	-	-
Depósitos em garantias	(78)	151	-	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(184)	(118)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(98.172)	(13.271)	(98.172)	(13.271)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(124.882)	(39.617)	(98.172)	(13.271)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	3.292	(279)	(1.011)	352
Caixa e equivalentes no início do exercício	36.375	36.654	7.708	7.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.667	36.375	6.697	7.708
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão para desmantelamento	593	4.960	-	-
Provisão ambiental	1.317	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora		
	Nota	2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	39.667	36.375	6.697	7.708
Contas a receber de clientes e outros	9	14.191	14.072	-	43
Tributos sobre o lucro a recuperar		1.169	866	221	145
Outros tributos a recuperar		-	622	222	192
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	-	-	14.920	53.174
Outros ativos circulantes		2.653	3.147	1.639	1.491
Total do circulante		57.680	55.082	23.699	62.753
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	122.793	153.869	-	-
Depósitos judiciais	15.1	1.098	1.003	-	-
Outros ativos não circulantes		4.357	2.615	-	-
Investimentos em controladas	11	-	-	336.484	333.601
Direito de uso		12.460	11.056	-	-
Imobilizado	12	427.421	442.884	-	-
Intangível		2.781	2.101	-	-
Total do não circulante		570.910	613.528	336.484	333.601
Total do ativo		628.590	668.610	360.183	396.354
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	10.733	10.815	1.303	1.377
Empréstimos e financiamentos	14	27.227	27.051	-	-
Passivo de arrendamento		2.269	1.917	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher		928	1.655	-	4
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		1.594	856	175	170
Provisões e outras obrigações	15	25.073	19.606	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.2	14.743	52.936	14.743	52.936
Outros passivos circulantes		5.096	4.493	-	-
Total do circulante		87.663	119.329	16.222	54.488
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	152.671	177.925	-	-
Passivo de arrendamento		12.045	10.157	-	-
Provisões e outras obrigações	15	32.060	19.150	-	-
Outros passivos não circulantes		190	183	-	-
Total do não circulante		196.966	207.415	-	-
Patrimônio líquido		16			
Atribuído aos acionistas da Companhia		343.961	341.866	343.961	341.866
Total do patrimônio líquido		343.961	341.866	343.961	341.866
Total do passivo e do patrimônio líquido		628.590	668.610	360.183	396.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

hedge e • Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Receíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (a) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 14). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). (c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	

FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1 S.A.

CNPJ nº 18.064.652/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoennergia S.A.

de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	-

Não houve alterações relevantes nos ratings destas instituições em relação ao período de 31 de dezembro de 2021. 1.1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Riscos regulatórios: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. (b) Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Data da Vigência	Importância Segurada
Riscos		
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	935
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	180
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	220
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	935
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2022 a 31/05/2023	2
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	2

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que essa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2023. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. 2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.1	Perda de Créditos Esperada (PCE)
12.1	Imobilizado
15.1	Provisões

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	As emendas estabelecem requisitos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	2022	2021
Fornecimento de energia	140.339	141.779	
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.308	13.703	
Outras receitas	(17)	1.379	
Receita operacional bruta	141.630	156.861	
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(15.633)	(13.805)	
Receita operacional líquida	125.997	143.056	

	Consolidado	2022	2021
Tributos	(9.805)	(7.609)	
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS			
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.316)	(5.703)	
Encargos setoriais	(15.121)	(13.312)	
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(512)	(493)	
	(512)	(493)	
Total	(15.633)	(13.805)	

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	2022	2021
Compra para revenda	(1.332)	(8.726)	
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(820)	(453)	
Energia curto prazo - PLD e MRE	(52)	(56)	
Outros	(2.04)	(9.236)	
Total	(2.208)	(9.236)	
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão	(7.339)	(6.289)	
Encargos de rede básica	(711)	(647)	
Encargos de conexão	(8.050)	(6.936)	
Total dos custos com energia elétrica	(10.254)	(16.172)	

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado			2021		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Outras receitas/Despesas gerais e administrativas						
Custos de operação	(1.516)	(1.504)	(3.020)	(1.236)	-	(1.236)
Pessoal e benefícios a empregados	(15.604)	(1.694)	(17.298)	(13.706)	(1.510)	(15.216)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(21.103)	-	(21.103)	(23.905)	-	(23.905)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	11	11
Provisão para processos judiciais	-	-	-	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(1.460)	(716)	(2.176)	(1.409)	(128)	(1.537)
Total	(39.683)	(3.914)	(43.597)	(40.256)	(1.627)	(41.883)

⁽¹⁾ Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

	Consolidado	Controladora
	2022	2021
Serviços técnicos e manutenções	(13.485)	(12.152)
Serviços jurídicos	1	(43)
Consultoria e auditoria	(139)	(226)
Vigilância	(1.086)	(950)
Outros serviços	(2.589)	(1.845)
Total	(17.298)	(15.216)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras ⁽¹⁾	23.609	6.561	823	318
(-) Tributos sobre receita financeira	(39)	(15)	(39)	(15)
Outras receitas financeiras	124	43	-	-
Total	23.694	6.589	784	303
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(17.182)	(15.088)	-	-
Outras despesas financeiras	(3.845)	(2.604)	(3)	(3)
Total	(21.027)	(17.692)	(3)	(3)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e monetárias	(80)	(53)	(8)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	291	15	257	8
Total	211	(38)	249	8
Total	2.878	(11.141)	1.030	308

⁽¹⁾ Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente taxa da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; ⁽²⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	75.023	73.945	62.214	66.838
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(25.508)	(25.141)	(21.153)	(22.725)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Resultado de participações societárias	-	-	21.360	23.018
Diferença de presunção de base do lucro presumido	12.906	18.327	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(49)	(1)	(49)	(1)
Outras adições (reversões) permanentes	(297)	(340)	(297)	(340)
Tributos sobre o lucro	(12.948)	(7.155)	(139)	(48)
Alíquota efetiva	17,26%	9,68%	0,22%	0,07%
Corrente	(12.948)	(7.155)	(139)	(48)

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado	Controladora
	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	10.937	9.350
Fundos de Investimento	28.730	27.025
Total	39.667	36.375

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 99,40% (99,30% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		2021	
	2022	2021	2022	2021
Perda de Contas a receber, créditos esperadas				
Receível esperadas	12.849	(8)	12.841	12.057
Perda de Contas a receber, créditos esperadas				
Receível esperadas	1.350	-	1.350	2.022
Total	14.199	(8)	14.191	14.079

O aging das contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		2021	
	2022	2021	2022	2021
Perdas de créditos esperadas				
Receível esperadas	12.849	(8)	11.975	(7)
A vencer	-	-	82	-
Saldos vencidos:	-	-	82	-
Acima de 361 dias	-	-	82	-
Total	12.849	(8)	12.057	(7)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(7)	(92)	
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(1)	85	
Saldo final do exercício	(8)	(7)	

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. a) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica, não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial	153.869	50.582	
Aplicação	52.140	112.408	
Resgate	(102.270)	(14.111)	
Rendimentos	19.054	4.990	
Saldo final	122.793	153.869	

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% (99,30% em 31 de dezembro de 2021) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	333.601	319.075
Participações societárias no resultado	62.824	67.700
Dividendos declarados	(59.191)	(53.174)
Saldo final do exercício	336.484	333.601

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	53.174	13.248
Declarados	59.941	53.174
Recebidos	(98.195)	(13.248)
Saldo final do exercício	14.920	53.174

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Lucro líquido				
Controladas	Patrimoniais/Resultados	Circulante	Não circulante	Patrimônio Líquido				
CALANGO 1	100%	2022	12.535	115.495	22.328	46.400	59.302	10.627
	100%	2021	11.379	122.031	26.580	46.594	60.236	13.590
CALANGO 4	100%	2022	8.458					

